16 MAR 1989

Há dias o Senado norte-americano rejeitou a indicação do Sr. John Tower sem que o governo tenha entrado em crise ou o presidente George Bush perdido seu cargo. A decisão do Senado foi naturalmente acatada e o presidente submeteu novo nome à casa, que está apreciando com o mesmo rigor e isenção. É que nos Estados Unidos a divisão de poderes, sem a qual não existe verdadeiramente o regime democrático, é respeitada — e cada Poder cumpre seu dever. Foi essa concepção que permitiu a um simples juiz de quarteirão, o Sr. Smith, provocar a renúncia do presidente Nixon.

Isso ocorreu porque a democracia norte-americana é simples. Ninguém renega seus fundamentos, defendidos por todo cidadão, um direito individual. Em termos legais adotamos os mesmos princípios, no entanto, a prática demonstra que, de fato, só há um Poder, o Executivo, do qual dependem os outros. O Judiciário às vezes esboça uma independência, quase sempre limitada a interesses próprios. O Legislativo, graças aos raros opositoristas, que sempre os há, aparenta uma liberdade inexistente, pois tem aceitado, com justificativas diversas, as determinações do Executivo.

Essa submissão torna o Estado brasileiro perneta. É por isso que o Presidente da República, seja quem for, tem sempre grande prestígio, porém o perde com incrível rapidez quando deixa o governo. Não há hoje,

melhor, não houve nos últimos anos quem ocupasse a tribuna para defender o ex-presidente João Figueiredo, que, entretanto, tinha ardorosos amigos, alguns dos quais estão encarapitados na gávea do PMDB, enquanto outros, espertos, já pensam no barco das ilusões de Leonel Brizola.

A prevalência da vontade do Executivo, mais sentida na ação legislativa, é uma das causas da instabilidade democrática e do descrédito das leis. Como o Legislativo não se afirma — falta-lhe em conjunto a noção de cumprimento do dever — não merece consideração —, é tratado como auxiliar secundário. Hoje, por exemplo, o Senado terá de votar às pressas um projeto sobre o ouro, que levou noventa dias para ser preparado no Executivo e tem de ser votado pelo Congresso em horas.

O mais lamentável é que existe quem, no Legislativo, defenda sua aprovação urgente, mesmo reconhecendo que a matéria está chela de equívocos, como se lhe coubesse somente a função de homologar as propostas do Executivo. O debate não se trava em relação ao mérito do projeto e sim se o Senado tem o direito ou não de levar uma semana examinando-o. Se a única função dos parlamentares é apertar o botão determinado, não se justifica o Legislativo. Se eles aprovam leis plenas de equívocos apenas para satisfazer o Executivo, não correspondem ao voto do povo que lhes confiou um poder, não apenas uma atribuição.